



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO ANUAL

2018



Prefácio

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) foi criada em 2006 através da Lei nº 01/2006, de 22 de Março, que visava a melhoria na arrecadação da receita, com vista a redução do défice orçamental e da dependência externa ao orçamento do Estado. Desiderato que foi consecutivamente alcançado nos anos seguintes à sua criação, tendo começado uma desaceleração a partir de 2015 com o impacto da crise económica internacional e outros factores conjunturais nacionais.

Em 2017, apesar de sinais de retoma, ainda se sentiram os efeitos da conjuntura económica nacional e internacional, que influenciaram os processos de colecta de receita, o que estimulou que a AT desencadeasse uma série de medidas para o alcance da meta planificada tendo em conta o potencial de arrecadação existente.

Dentre as acções, maior destaque vai para as fiscalizações que, de certa forma, contribuíram para o incremento da arrecadação de receita onde, através da sensibilização aos contribuintes pretendia-se inculcar uma consciência tributária e fiscal, para a conjugação de esforços de modo a assegurar que os recursos gerados pela economia sejam canalizados aos cofres do Estado que, por sua vez, irá garantir a sua distribuição equitativa.

Durante este processo, vários constrangimentos foram identificados com destaque para falta de conhecimento sobre os critérios para início de actividade, não emissão de factura no acto de venda, mercadorias sem facturas e autenticidade pelos fornecedores. Importa frisar que desafios persistem, dentre os quais a melhoria da comunicação com os contribuintes a todos os níveis, sobretudo na componente facturação, actividade que terá continuidade em 2018.

Outra contribuição ao sistema foi a selagem de bebidas e tabaco, contudo, para evitar constrangimentos com a selagem física, pretende-se adoptar a selagem digital e, até Abril de 2018 a AT garante a selagem da cerveja e das RTD (Ready to Drink). Espera-se ainda que com a marcação dos combustíveis seja alcançada a percentagem de cerca de 40% do encaixe que é perdido pelo Estado nesta componente.

Considerando 2018 ano do desenvolvimento do capital humano, é fundamental a adopção de medidas para a consciência de formação, onde os gestores devem propor acções que permitam melhor gestão e alcance de suas metas, que deve ser orientada também aos contribuintes, através da educação fiscal e aduaneira e de popularização do imposto para promoção da cidadania fiscal.

Destaque vai para os projectos prioritários em particular o Sistema de Gestão de Máquinas Fiscais e o e-Tributação para os quais se deve garantir o seu funcionamento e efectivação e, ainda para a realização, no 1º trimestre do ano, da primeira reunião do Conselho da Fiscalidade, órgão de consulta da AT.

Devemos todos ser rigorosos na implementação da Lei e dos procedimentos, assegurando que os contribuintes em particular e o público em geral tenham domínio e conhecimento das matérias fiscais e aduaneiras, que a comunicação flua claramente e a todos níveis de gestão e, ainda, intensificar permanentemente a interacção com os contribuintes, trazendo-os para a sua área de intervenção.

Para o efeito, somos todos convidados a ser ousados e criativos, a sermos parte na solução, tudo em prol dos cerca de 27 milhões de habitantes que estão sedentos de receita. Vamos todos arregaçar as mangas e combater a corrupção, o descaminho e a fuga ao fisco.

*Com **Receita, Expansão e Integridade***

TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE

Maputo, de Março de 2018

A PRESIDENTE

Amélia Muendane Nakhare

INTRODUÇÃO

O presente plano é inovador estando alinhado à nova metodologia adoptada no âmbito da reestruturação do Plano Estratégico da AT para o período 2018-2022 e concepção do Mapa Estratégico, com base no qual foram avaliados os indicadores macroeconómicos de médio prazo tendo em conta as directrizes do Governo para o ano de 2017, bem como a conjuntura económica com impacto directo nas metas de arrecadação de receitas, como é o caso do PIB e da taxa de câmbio.

Os desafios verificados em 2017 mostraram-se persistentes e serviram de estímulo para a definição das prioridades para o presente ano de **2018**. Conscientes dos inúmeros desafios para o sistema tributário, continuaremos a privilegiar as auditorias e fiscalizações, como plataformas para a recuperação das receitas e incremento da nossa capacidade de arrecadação de receitas.

Neste contexto, diante da conjuntura económica adversa a AT dará seguimento as suas prioridades visando elevar a capacidade de financiamento da despesa pública focalizando-se para:

- A tributação dos projectos de exploração mineira e petrolífera;
- A modernização e informatização dos processos de tributação;
- A consciencialização do cidadão e dos empresários sobre a importância do pagamento de impostos para o desenvolvimento do País; e,
- A busca de fontes alternativas de captação de receitas, sem asfixiar o funcionamento da economia nacional.

A Autoridade Tributária tem para 2018 como meta de arrecadação de receitas, o montante de 222,86 mil milhões de MT, dos quais 151,54 mil milhões de MT de impostos internos e 71,32 mil milhões de MT, de impostos sobre o comércio externo, numa proporção de 68% e 32%, respectivamente.

O seguimento das prioridades identificadas e diante dos desafios atrás referidos é necessária a provisão de recursos a começar pelos recursos humanos razão pela qual foi eleito 2018 como ano da *“Promoção e Desenvolvimento do Capital Humano, Garantindo a Sua Gestão, Rumo à Eficiência e Eficácia na Cobrança de Receitas”*, o que passa pela melhoria dos níveis de motivação do capital humano por meio de promoções e evolução nas diferentes carreiras e

categorias e no que concerne ao processo de mobilidade de quadros, que constitui ainda um dos grandes desafios na gestão de recursos humanos, tendo em conta a dimensão geográfica do território Moçambicano.

Para a realização das actividades em 2018, estão cabimentados 4.417,78 milhões de MT de recursos internos, estando previstos para salários e remunerações 3.640,91 milhões de MT; 25,06 milhões de MT para as despesas com o pessoal; 125,22 milhões de MT com Bens e Serviços; 542,65 milhões de MT para fazer face às despesas de Investimento; e 3,29 milhões de MT destinam-se às Transferências Correntes.

Para a implementação da nova estrutura orgânica da AT, será continuado o processo de descentralização e desconcentração com a operacionalização da nova estrutura das Delegações Provinciais que irão concentrar em si o grosso das acções operativas da AT, incluindo os serviços de apoio, o que irá conferir maior eficiência e eficácia operativa e melhorar a interacção com o público utente.

Por outro lado, será aprimorado o processo de selagem de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado e dar-se-á início à operacionalização das máquinas fiscais, para fortalecer o sistema de auditorias e fiscalizações para além da realização de estudos, com destaque para a realização das primeiras jornadas científicas, tendo em vista dar suporte às reformas institucionais no geral e às alterações legislativas e simplificação dos procedimentos; a promoção da cidadania fiscal através de campanhas de educação fiscal e aduaneira; a realização de acções de formação e especialização dos quadros, com enfoque para as áreas de fiscalização e auditoria incluindo auditores especializados para os sectores da indústria extractiva, sistema financeiro e seguros.

Como ano do capital humano, no ano de 2018 serão realizadas acções específicas no âmbito da gestão e desenvolvimento dos recursos humanos, tendo sido definida como prioridade das TIC o desenho de um aplicativo para a gestão de recursos humanos que irá incluir a identificação do perfil dos quadros e sua colocação de forma a maximizar o seu desempenho para além dos aspectos relativos a assistência social aos funcionários e a realização de acções com vista à mitigação do impacto de doenças, com enfoque para o HIV/SIDA.

No âmbito da ética e integridade institucional, estão previstas acções de auditoria e fiscalização internas do Gabinete do Controlo Interno, Inspeção Geral de Finanças e Tribunal Administrativo bem como a realização de workshops, seminários em matérias de instrução de processos disciplinares e, ainda, a continuidade do processo para a concepção de um modelo de gestão de riscos na instituição, tendo sido definido que as Instituições do Governo devem desenhar e implementar o Plano de Combate à Corrupção, sendo que para a AT foi destacada, em especial, a área das Alfândegas, para uma mudança de comportamento, com foco na conduta pessoal e o impacto desta para a Instituição e para o País no geral, sendo que o combate à corrupção é prioridade nacional.

Como forma de se proceder ao acompanhamento e avaliação das actividades, está a ser criada e entrará em funcionamento uma Direcção que terá como uma das suas atribuições a Monitoria e, está previsto um mecanismo de prestação de contas, que irá permitir aferir o grau de cumprimento e introdução de medidas correctivas, caso se mostre necessário, cujos resultados serão avaliados sistematicamente por cada dirigente de linha e, ao nível central, serão produzidos os relatórios de desempenho, numa base mensal (formato matricial), trimestral, semestral e anual, conforme preconizado.

O presente Plano de Actividades e Orçamento Anual (PAOA), orientado pelas directrizes instituídas em 2015, o REI, é constituído por um conjunto de actividades, que podem ser acções ou projectos, estando desenhadas para cada uma delas os indicadores e metas a serem atingidas até ao final do ano, repartidas trimestralmente onde se apresentam as entregas desse período, para além dos recursos necessários para a sua execução, quando aplicável e o sector responsável pela implementação da Actividade.

Assim, orientados pela visão institucional e imbuídos dos valores “*Legalidade, Eficiência e Integridade*”, focados na arrecadação da **Receita**, na **Expansão** do sistema tributário e na promoção da **Integridade** no seio dos funcionários, espera-se o cumprimento da nossa missão de **arrecadar receitas, de forma justa e transparente, para o financiamento da despesa pública e proteger a economia e a sociedade**, vencendo todas as adversidades e alcançar a nossa visão com os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos disponíveis.

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO ANUAL DA AT - 2018											
Ord	Actividades	Indicador	Meta	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	Recursos			
								Internos Cabimentados	Défi ce	Total	Responsável
RESULTADOS								118.454,76	124.148,67	242.603,43	
OBJECTIVO ESTRATÉGICO: Maximizar a arrecadação de forma sustentável								118.454,76	124.148,67	242.603,43	
1	Acção 1. Arrecadar receitas para os cofres do Estado	Receita arrecadada em mil milhões de MT	222,86	31,59 mil milhões de MT dos impostos internos	40,41 mil milhões de MT dos impostos internos	41,13 mil milhões de MT dos impostos internos	38,41 mil milhões de MT dos impostos internos	0,00	0,00	0,00	DGI
2				17,79 mil milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo	16,63 mil milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo	16,59 mil milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo	20,31 mil milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo	0,00	0,00	0,00	DGA
3	Acção 2. Expandir a cobertura do Sistema de cobrança (IVA e ISPC) do e-Tributação às unidades de cobrança	Nº de unidades abrangidas	48	5 (Dondo, Marromeu Nhamatanda, Namaacha Marrupa,)	15 (Ponta D'Ouro, P. Lumumba, Magude, Inhaca, Boane, R. Garcia, Macia, Bilene, Manjacaze, Manica, Penhalonga, Chipuji, Machaze, Catandica, Gondola)	24 (Zóbwe, Zumbo, Mutarara, Chitima, Changara, Moatize, Ulongue, Caia, Mocuba, Gurúte, Milange, Chimuará, Baú de Quelimane, Morrumbala, Nicuadala, Pebane, Moiane, Alto Molócuè, Mopeia, Angoche, Monapo, Cuamba, Metangula, Mandimba)	4 (DAF de Mocímboa da Praia, DAF de Montepuez, PC Macomia e BAU de Pemba)	0,00	6.500,00	6.500,00	DGI
4		Percentagem de contribuintes das UGCs a pagar via banco	100%	20%	30%	20%	30%	0,00	0,00	0,00	DGI
5	Acção 3. Implementar a selagem das cervejas e bebidas pronto a consumir	Selagem de cervejas e RTDs (bebidas pronto a consumir) implementada	100%	Selo digital pronto e início do fornecimento aos operadores	Início da selagem	Início das operações de fiscalização	Continuação das operações de fiscalização de todo o processo de selagem e avaliação dos níveis de contrabando reduzidos acima de 25%	0,00	0,00	0,00	DGA
6	Acção 4. Implementar o processo de marcação de combustíveis	Processo de marcação de combustíveis implementado	100%	Preparação dos procedimentos	Conclusão do processo de produção dos procedimentos	Implementação do processo de marcação de combustíveis	Implementação do processo de marcação de combustíveis	0,00	0,00	0,00	DGA
7	Acção 5. Operacionalizar o SGMF e integrá-lo com os respectivos dispositivos dos contribuintes	Nº de contribuintes do IVA integrados ao SGMF	2.000	Levantamento de requisitos e desenho da solução	Desenvolvimento Teste, instalação, implementação e manutenção do SGMF	2.000 Contribuintes ligados ao sistema	Consolidação do SGMF	49.172,82	8.733,54	57.906,36	DGI
8	Acção 6. Descontinuar o TIMS	TIMS descontinuado	100%	Descontinuação do TIMS por completo	Expansão da implementação da cobrança de taxas administrativas, ICE de produção Nacional e Despacho Simplificado			0,00	0,00	0,00	DGA/ DGSC
9	Acção 7. Modernizar a infraestrutura tecnológica da AT	Infraestrutura disponível para a operacionalização do e-Tributação, SGMF, pagamento via banco, RH, Salários e Comunicações	100%	Levantamento de todos os equipamentos necessários para a modernização tecnológica	Configuração e operacionalização plena do centro de dados. Redundância das comunicações	Configuração dos sistemas	Disponibilização da infraestrutura	69.281,94	108.915,13	178.197,07	DGSC
10	Acção 8. Realizar auditorias e fiscalizações em todas as regiões do país	Nº de auditorias e fiscalizações tributárias realizadas	4.940	473	1.133	2.150	1.184	0,00	0,00	0,00	DAII

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO ANUAL DA AT - 2018											
Ord	Actividades	Indicador	Meta	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	Recursos			
								Internos Cabimentados	Défiçe	Total	Responsável
RESULTADOS											
OBJECTIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer a imagem institucional								0,00	0,00	0,00	
11	Acção 1. Elaborar a Estratégia de Comunicação da AT	Estratégia elaborada	100%	Conclusão e aprovação da Estratégia	Divulgação da Estratégia	Implementação da Estratégia		0,00	0,00	0,00	GCI
12	Acção 2. Elaborar e implementar a estratégia de promoção de integridade e combate à corrupção	Estratégia implementada	100%	Conclusão da Estratégia	Aprovação e divulgação do Plano de Acção	Implementação da Estratégia	Implementação da Estratégia	0,00	0,00	0,00	GCI
13	Acção 3. Intensificar as acções de popularização do imposto (actividades culturais, e desportivas, road-shows, feiras de cidadania, etc)	Nº de acções de popularização de imposto realizadas	135	38 acções das quais 11 actividades culturais; 11 actividades desportivas; 5 road-shows; 11 feiras de cidadania	35 acções das quais 11 actividades culturais; 11 actividades desportivas; 2 road-shows; 11 feiras de cidadania	30 acções das quais 5 actividades culturais; 11 actividades desportivas; 3 road-shows; 11 feiras de cidadania	32 acções das quais 5 actividades culturais; 11 actividades desportivas; 5 road-shows; 11 feiras de cidadania	0,00	0,00	0,00	GCI
OBJECTIVO ESTRATÉGICO: Assegurar a transparência e a justiça tributária								0,00	0,00	0,00	
14	Acção 1. Realizar inspecções técnicas e administrativas, incluindo acções de gestão de risco	Nº de inspecções e auditorias realizadas	88	25 inspecções técnicas e administrativas	20 inspecções técnicas e administrativas	6 inspecções técnicas e administrativas	13 acções de gestão de risco em todo o país	0,00	0,00	0,00	GCI
15	Acção 2 Rever e actualizar a legislação	Nº de propostas submetidas ao CD	3	Submissão à aprovação do Estatuto Orgânica da AT	Proposta de Lei que altera o ICE	Proposta de Lei que altera o Regime Geral de Infracções Tributárias	Proposta de Lei do Perdão das Dívidas Tributárias	0,00	0,00	0,00	GPECI
PESSOAS E RECURSOS								608.821,78	1.128.500,23	1.737.322,01	
OBJECTIVO ESTRATÉGICO: Desenvolver Competências e Motivar as Pessoas com Foco em Resultados								14.000,00	1.028.393,27	1.042.393,27	
16	Acção 1. Implementar o Plano de Formação 2018 e desenvolver o capital humano	Nº de funcionários formados nas diversas áreas	3.000	500	1.000	1.000	500	14.000,00	126.000,00	140.000,00	DGSC
17	Acção 2. Realizar concurso de promoção, progressão e rotação de quadros	Nº de funcionários com o processo de progressão efectivado	5.639	Envio de 1.000 processos para progressão ao TA, para efeitos de anotação	Publicação do aviso de abertura do concurso de promoção	Envio de 1.068 processos para progressão ao TA, para efeitos de anotação	Concurso realizado e promoção dos 3.571 funcionários e concluído o processo de progressão	0,00	902.393,27	902.393,27	

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO ANUAL DA AT - 2018											
Ord	Actividades	Indicador	Meta	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	Recursos			
								Internos Cabimentados	Défice	Total	Responsável
PESSOAS E RECURSOS											
OBJECTIVO ESTRATÉGICO: Modernizar a infraestrututa física								229.519,50	0,00	229.519,50	
18		Nº de Construções concluídas	6	Conclusão e entrega da obra de construção do muro de vedação em Boane - fase 2	Conclusão e entrega das obras de construção dos Postos de cobrança de Nacala-à-Velha e Ribáue	Conclusão da obra de construção do muro de vedação em Boane, Fase -3	Início das obras de construção dos Postos de Cobrança de Macia, Cuchamano, Catandica, Gondola, Malema e Namialo	130.437,63	0,00	130.437,63	DGSC
19	Acção 1. Construir, reabilitar e cablar edifícios	Edifícios reabilitados conforme o plano	100%	Harmonização dos Termos de Referência e elaboração dos documentos do concurso	Lançamento do concurso, adjudicação e submissão ao TA	Início das obras	Realização das obras	28.541,72	0,00	28.541,72	
20		Projecto executivo da requalificação/ reabilitação do Edifício da Fronteira Turística de Ressano Garcia elaborado	100%	Submissão do contrato para visto do TA	Projecto executivo concluído e aprovado	Lançamento do concurso da empreitada para a requalificação/ reabilitação	Adjudicação e início da obra	70.540,15	0,00	70.540,15	
OBJECTIVO ESTRATÉGICO: Assegurar Recursos e Optimizar a sua Aplicação								365.302,28	100.106,96	465.409,24	
21	Acção 1. Adquirir bens e serviços para garantir o funcionamento efectivo da AT	Bens e serviços adquiridos de acordo com o plano aprovado pela DGSC	100%	Harmonização dos termos de referência/ Especificações técnicas/ Procurement (Lançamento de Concursos Públicos)	Seleccção/ Adjudicação/ Assinatura dos Contratos e Visto do Tribunal Administrativo/ Prestação de bens e serviços	Continuidade de fornecimento de bens e prestação de serviços	Continuidade de fornecimento de bens e prestação de serviços	125.225,48	100.106,96	225.332,44	DGSC
22	Acção 2. Capacitar a Instituição com maquinaria, equipamento diverso e meios circulantes	Maquinaria, equipamento diverso e meios circulantes adquiridos e disponibilizados de acordo com o plano aprovado pela DGSC	100%	Harmonização dos termos de referência/ Especificações Técnicas/ Procurement (Lançamento de Concursos Públicos)	Seleccção/ Adjudicação/ Assinatura dos Contratos e Visto do Tribunal Administrativo/ Prestação de bens e serviços	Continuidade de fornecimento de bens e prestação de serviços	Continuidade de fornecimento de bens e prestação de serviços	240.076,80	0,00	240.076,80	DGSC
Sub-Total								727.276,54	1.252.648,90	1.979.925,44	
Salários e Remunerações								3.640.914,67	0,00	3.640.914,67	
Outras Despesas com o Pessoal								25.063,68	0,00	25.063,68	
Transferências Correntes								3.287,99	0,00	3.287,99	
Combustível								21.236,15	0,00	21.236,15	
Total Geral								4.417.779,03	1.252.648,90	5.670.427,93	

Com Receita, Expansão e Integridade

